

JORNAL DA TARDE ENTREVISTA -2 FEV 1995
SARNEY QUER REDEFINIÇÃO DE MPs

Novo presidente do Congresso reafirma apoio a reformas de FHC

No dia de sua posse como presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP) disse que quer ajudar a realizar a reforma constitucional o mais rápido possível, mas deseja incluir um novo item na discussão — a definição do papel institucional do Executivo e do Legislativo. “Nós queremos que as medidas provisórias não tenham a amplitude atual e que o Congresso não tenha as funções próprias do governo”. Para Sarney, “o Congresso está parado” e se limita atualmente a apreciar a “produção legislativa do Executivo”.

O presidente do Senado disse que quer encontrar uma solução para restringir o poder do Executivo de legislar por meio de medidas provisórias, mas admitiu que é impossível governar o País sem elas. Em seu discurso na tribuna, Sarney assumiu o compromisso de modernizar o Senado e ser inflexível contra abusos, distorções e qualquer forma de corrupção. Sarney, no entanto, defendeu a manutenção da gráfica do Senado, ressaltando que “é o melhor exemplo do que se deve e não se deve fazer”.

“NÃO QUEREMOS QUE AS MEDIDAS PROVISÓRIAS TENHAM A AMPLITUDE ATUAL E QUE O CONGRESSO NÃO TENHA AS FUNÇÕES PRÓPRIAS DO GOVERNO”

Em entrevista a Ribamar Oliveira, Sarney disse que não vê necessidade de que o governo submetesse ao Congresso a proposta de abertura de uma linha de crédito de US\$ 300 milhões ao México. Revelou que, durante seu governo, concedeu ajuda à Argentina, Bolívia e Nicarágua sem passar pelo Congresso. “Não é um empréstimo, é um socorro de caixa”.

JT — Como o senhor vai ajudar o presidente Fernando Henrique?

José Sarney — Evidentemente, num trabalho solidário, que faça crescer as potencialidades de cola-



Senador José Sarney

boração entre o Legislativo e o Executivo na tramitação das matérias que o presidente achar necessárias, nos projetos de reformulação e remodelização da economia e no encaminhamento da reforma constitucional.

Não é uma ironia do destino que o senhor vá presidir a reforma da Constituição que tanto criticou durante o seu governo?

Uma das minhas motivações para aceitar concorrer à presidência do Congresso foi a de poder contribuir para esse processo. Uma vez que fui um crítico muito duro do processo constituinte, eu não podia deixar de ajudar a superar esse impasse constitucional.

Quais as mudanças fundamentais?

Em 1988, nós asseguramos os direitos sociais do povo brasileiro e até mesmo ampliamos esses direitos. Mas, ao mesmo tempo, nós evitamos que o País ficasse rico, por meio de uma série de restrições que foram colocadas na Constituição. De tal maneira que o País não pode aproveitar esse momento extraordinário que a economia mundial está vivendo, com esse processo de globalização, porque a Constituição se transformou num empecilho. Outro aspecto que deve ser considerado é que a atual Constituição, por ser parlamentarista, deu ao Congresso funções de governo e ao Executivo funções de legislar. Criou-se um impasse. Nem o Exe-

cutivo governa nem o Legislativo legisla. O Congresso está parado. Durante esse tempo todo, nós nos limitamos apenas a examinar a produção legislativa do Executivo. O que é uma anomalia.

Alguns parlamentares do seu partido desejam limitar as medidas provisórias.

Fernando Henrique sabe que é necessário encontrar um meio-termo. Reconheço que, sem elas, o governo não funciona. Mas com as MPs o Legislativo também não funciona. Nós queremos que as medidas provisórias não tenham a amplitude atual e que o Congresso deixe de ter as funções próprias do Executivo.

“UMA VEZ QUE FUI UM CRÍTICO MUITO DURO DO PROCESSO CONSTITUINTE, EU NÃO PODIA DEIXAR DE AJUDAR A SUPERAR ESSE IMPASSE CONSTITUCIONAL.”

A proposta que o governo apresentou ao PMDB é boa?

A identificação dos problemas está correta. Mas os ministros tiveram o cuidado de não colocar as propostas objetivas, concretas.

O senhor trabalha com algum prazo para a reforma?

Quanto mais rápido melhor. Aparentemente, o primeiro problema que o senhor vai enfrentar como presidente do Senado é a questão do empréstimo ao México.

Para ser coerente, devo dizer que isto ocorreu no meu governo, com relação à Argentina, à Bolívia e à Nicarágua sem que o assunto passasse pelo Congresso. Foi uma simples mudança de conta bancária, com as mesmas garantias. É uma demonstração nossa de solidariedade com os nossos vizinhos, num momento de dificuldade de caixa. Não é propriamente um empréstimo. É um socorro de caixa. A quantia que caberá ao Brasil é quase simbólica. Não haverá nenhuma despesa, nenhum comprometimento.